



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paraty
Secretaria Executiva de Governo

Paraty, 26 de maio de 2014.

MENSAGEM À CÂMARA Nº 018/2014

À Sua Excelência o Senhor

LUCIANO VIDAL

Presidente da Câmara Municipal de Paraty

Assunto: **Encaminhando o Projeto de Lei que dispõe sobre a retirada de veículos e sucatas abandonados nas vias públicas do Município de Paraty.**

Senhor Presidente,

O presente Projeto de Lei vem preencher lacuna existente na legislação municipal sobre o assunto. Seu objetivo é dotar os agentes do Poder Público Municipal de instrumento legal, para que possam desenvolver atividades que visem à organização do território, tendo em vista a necessidade de se dar solução ao problema que representam os veículos e sucatas abandonados em logradouros públicos.

A ausência de dispositivos legais regulamentando a matéria, em âmbito municipal, contribui para o agravamento da situação, pois fica o Poder Público impedido de desempenhar suas atribuições legais e constitucionais, dentre as suas prerrogativas do poder de polícia, para coibir as práticas abusivas cometidas por pessoas em detrimento da coletividade, motivou a elaboração do presente Projeto de Lei.

Em face ao exposto, solicitamos aos nobres Edis a apreciação e votação do projeto enunciado, por tratar-se de matéria de interesse e de grande relevância para todos.

Cordialmente,

CARLOS JOSÉ GAMA MIRANDA

Prefeito

APROVADO	
Por <u>07</u> votos a favor.	
<u> </u> votos contra	
e <u>—</u> abstenção(ões).	
Paraty, <u>26/05/14</u>	
Presidente	

APROVADO	
Por <u>07</u> votos a favor	
<u> </u> votos contra	
<u>—</u> abstenção(ões)	
Paraty, <u>26/05/14</u>	
Presidente	



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Paraty
 Secretaria Executiva de Governo

Projeto de Lei nº 12014
 043

Dispõe sobre a retirada de
 veículos e sucatas abandonados nas vias
 públicas do Município de Paraty e dá outras
 providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a recolher ao Depósito Público Municipal, veículos e sucatas abandonadas nas vias e logradouros públicos, ou em qualquer área pública ou privada, de modo a causar riscos à saúde, impedir ou dificultar a livre circulação de veículos e pessoas.

Parágrafo único. Considera-se abandonado, tudo aquilo que permanecer em área pública por mais de 10 (dez) dias ou, em área privada por qualquer tempo, desde que represente algum risco à saúde, impeça ou dificulte a livre circulação de veículos e pedestres.

Art. 2º Os veículos sem as características necessárias a sua identificação, bem como de seu proprietário, serão considerados sem condições de circulação, se estiverem:

I- com a falta de um, alguns ou todos os vidros: frontal, traseiro, ou lateral, quando for de sua característica;

II- sem pneus ou rodas;

III- com um ou mais pneus furados, sem qualquer sinalização de alerta de providência para o conserto;

IV- sem um ou mais faróis e demais luzes de sinalização de trânsito;

V- com a carroceria ou agregados enferrujados ou faltantes;

VI- sem motor;

VII- tombamento ou capotamento, estrutura queimada ou danificada;

VIII- sem emplacamento, ressalvadas as limitações permitidas pela Lei Federal para os veículos em fase de emplacamento.

Art.3º O veículo automotor encontrado nas vias públicas do Município nas condições do art.2º será removido para o Depósito Público Municipal.

§1º A Secretaria Municipal de Guarda e Trânsito efetuará a identificação do veículo, por meio de suas placas ou chassi, notificando o proprietário do veículo por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, ou por meio de adesivo colocado no próprio veículo, para retirá-lo em 10 (dez) dias das vias e/ou logradouros públicos.

§2º A não notificação por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

Art.4º Os veículos removidos ao Depósito Público Municipal somente serão liberados, após o pagamento das despesas de remoção, estadia e multas de veículos constando no cadastro dos órgãos de trânsito.

APROVADO
 Por 04 votos a favor,
 e — votos contra
 e — abstenção(ões).
 Paraty, 18/10/2014
 Presidente

APROVADO
 Por 04 votos a favor,
 e — votos contra e
 e — abstenção(ões).
 Paraty, 04/10/2014

28/05/14



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paraty
Secretaria Executiva de Governo

Parágrafo único. Somente poderão ser retirados tais veículos do Depósito Público Municipal pelo proprietário e/ou representante legal, mediante apresentação de documentos que comprovem a propriedade e regularização junto ao DETRAN, conforme Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

Art.5º Os veículos, ainda que em condições de uso, estacionados há mais de 10 (dez) dias consecutivos no mesmo local, serão considerados como abandonados, estando sujeitos à medida administrativa de Remoção de Veículos.

Parágrafo único. As reclamações sobre abandono ou estacionamento de veículos em situação que caracterize abandono nas vias públicas deverão ser encaminhadas a SMGTrân, para análise da situação e providências cabíveis.

Art.6º Outras infrações cometidas por estacionamento e não dispostas nesta Lei serão fiscalizadas conforme disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e suas resoluções.

Art.7º Os veículos recolhidos e não reclamados por seus proprietários, após 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação por remessa postal ou qualquer meio tecnológico hábil, serão levados a hasta pública de acordo com o art. 328 do CTB.

Art. 8º O Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por Decreto.

Prefeitura Municipal de Paraty,

Carlos José Gama Miranda
Prefeito

APROVADO
Por 09 votos a favor,
00 votos contra
e 00 abstenção(ões).
Paraty, 18 / 10 / 14
Presidente

APROVADO
Por 09votos a favor,
00votos contra e
00abstenção(ões).
Paraty, 09 / 10 / 14
Presidente

28/05/14
2